

A ascensão do neofascismo entre a crise das esquerdas e os sujeitos neoliberais

Vladimir Puzone¹

A eleição de Jair Bolsonaro parece ter pego de surpresa muitos de nós, que só percebemos as reais chances de sua vitória poucos meses antes do dia 28 de outubro do ano passado. O choque com a ascensão e a consolidação do então candidato de extrema-direita correspondeu ao desespero com que saímos às ruas para tentar reverter o quadro. Mas, se prestarmos atenção às tensões e antagonismos presentes na sociedade brasileira nas últimas décadas, podemos reparar que a ascensão do neofascismo no Brasil não foi algo repentino. Ao contrário, é possível enxergá-la como um desaguadouro de conflitos não resolvidos e da exaustão de certas formas sociais da atual configuração do capitalismo, tanto aqui como no resto do mundo.

Eu gostaria de fazer alguns comentários acerca desse cenário da ascensão da extrema-direita. Trata-se de entender como a escolha de uma figura pública repugnante não é, por exemplo, simplesmente fruto de uma manipulação das vontades dos eleitores. Mesmo que as pesquisas de opinião pública apontem para uma queda na popularidade do atual presidente, acompanhada de uma porcentagem de indivíduos aferrados a tudo o que Bolsonaro representa, talvez precisemos ir mais além das manifestações imediatas daquelas sondagens. Em minha opinião, é necessário enxergar o apoio ao caráter neofascista do então candidato da extrema-direita como uma tentativa de resolução para uma série de crises que se apresentaram e se ainda se apresentam no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Não se trata de dizer tão somente que Bolsonaro foi eleito por uma crise da democracia liberal-representativa ou como um simples esforço para resolver a crise de acumulação que observamos desde pelo menos 2015, quando o país entra em recessão da qual até hoje não saiu. Mais do que isso, há um entrelaçamento entre crise política e econômica com outras crises, em especial uma crise nas esquerdas e nas organizações populares e de trabalhadores. À ideia de que estejamos vivendo uma crise na Nova República, nascida em 1985 e falecida com o golpe de 2016, se sobrepõe a exaustão das formas de organização e luta que contribuíram decisivamente para o fim da ditadura civil-militar.

Comenta-se muito que o apoio a Bolsonaro tem caído constantemente desde o início de seu mandato, exceção feita a uma parcela da população que giraria em torno de 30%. Quando restrito ao “núcleo duro” do bolsonarismo, esse número estaria reduzido a 12%. Se a suposta base social do mandatário neofascista gira mais ou menos em torno dessa ou daquela porcentagem, poderíamos inferir que suas políticas e sobretudo suas ideias não encontram respaldo

¹ Bolsista PNPd-CAPES e pesquisador colaborador pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

amplo. Contudo, eu gostaria de chamar atenção para o fato de que, embora sua reprovação cresça mês após mês, como mostra pesquisa do Datafolha em setembro deste ano, há uma parcela significativa de pessoas que o avaliam como “regular” – ou seja, é possível supor que aos que consideram positivamente seu governo somam-se quase um terço de pessoas que acreditam que sua administração seria apenas mais do mesmo. Isso já indica que há mais problemas subjacentes à adesão e ao voto em Bolsonaro do que talvez queiramos acreditar.

Além disso, há um outro elemento sobre o qual eu insisto, uma vez que ele permite entrever características das relações sociais burguesas no Brasil e determinadas tendências que são inquietantes, pelo menos. Refiro-me à passagem do voto em Lula para o apoio a Bolsonaro. É comum identificar as hostes bolsonaristas com as assim chamadas classes médias, o que não se dá por acaso. Afinal, desde as reviravoltas de junho de 2013, as manifestações de rua foram marcadas por pessoas que até então não estavam na praça pública, numa vaga lembrança das manifestações por deus e pela família que precederam o golpe civil-militar de 1964. Mas uma das perguntas a se fazer a respeito da eleição de Bolsonaro consiste em tentar saber por que eleitores que antes votaram em Lula e Dilma passaram a fazê-lo com relação a um candidato de posições autoritárias e neofascistas? Certamente não se tratam apenas de indivíduos das assim chamadas classes médias e das diferentes frações da burguesia brasileira. Do contrário, estaríamos incorrendo em alguns problemas. Do total da população brasileira, quase cinquenta e oito milhões de pessoas seriam todas membras daquelas classes? Se sim, então o país teria confirmado os discursos de Dilma Rousseff acerca da constituição de um país de classe média. Este não é o caso, obviamente, tendo em vista a tão conhecida desigualdade social brasileira e as baixíssimas condições de reprodução da força de trabalho. Seria possível também se perguntar se a própria noção de classe média é de alguma forma adequada para descrever diferentes estratos de trabalhadores com melhores condições, além de gestores e administradores do conflito social e das relações de trabalho. Em vista desses problemas, parece não haver muitas dúvidas de que entre aqueles 58 milhões de indivíduos encontra-se um número significativo de trabalhadores. Assim, surge uma nova questão: o que permite esse trânsito entre candidaturas tão diferentes? Por que parcelas de trabalhadores votaram em um candidato que enaltece a ditadura, a tortura e o extermínio de seus adversários?

Muito se comenta a respeito de um processo semelhante a uma grande manipulação nas eleições de 2018. Basta lembrar da compra de disparos de mensagens de *WhatsApp* às vésperas do primeiro turno (como relatam Singer e Venturi, 2019). No entanto, creio ser mais profícuo pensar que a passagem do voto nos candidatos petistas para o representante da extrema-direita expresse certas características que atravessam diferentes classes sociais, mas que tem nos

trabalhadores urbanos um ponto nevrálgico, justamente o estrato da classe que tem experimentado da maneira mais imediata e avassaladora a reconfiguração da organização do trabalho na atual fase do capitalismo. Embora formas de manipulação daquilo que se convencionou chamar de opinião pública existam, escolhas e ações dos grupos e classes subalternos são mais sutis do que isso. Há uma série de mecanismos mais profundos que tornam trabalhadores suscetíveis a ideias e práticas autoritárias. É a estes mecanismos que devemos prestar atenção, uma vez que eles são fruto de um longo processo de socialização que corresponde às transformações do capitalismo. Do contrário, afigura-se uma imagem comum acerca dos simples possuidores de força de trabalho, que existiriam como bons e impolutos selvagens, sem que eles pudessem tomar atitudes contrárias ao que chamamos de seus interesses.

A tese da simples manipulação é apenas o inverso de um esclarecimento ingênuo, que bastaria inscrever na tábula rasa dos explorados e dominados. Deveríamos levar mais a sério as formas mais corriqueiras e incipientes de manifestação popular, sejam elas mais voltadas à crítica práticas das relações sociais vigentes, sejam elas de caráter autoritário. Veremos posteriormente como isso tem inflexões importantes para a política e a tão comentada crise da democracia. Por ora, cabe a pergunta: se parcela considerável dos indivíduos pensa e age de forma a manter suas condições de vida e não a superá-las, isto é, a favor da manutenção das relações de dominação e exploração na qual estão enredados, por que isso acontece?

A resposta não é simples, pois envolve o entrelaçamento de diferentes circunstâncias, desde aquelas ligadas à constituição de um tipo específico de personalidade em nossa sociedade (relativo às formas pelas quais os indivíduos produzem e satisfazem suas necessidades), passando pelas formas de organização contra essas relações, até a incidência de mecanismos de manipulação, que não se restringem ao espraio de *fake news*, mas à própria estrutura mediante a qual essas informações são veiculadas. Como a matéria é complicada, vou me ater de forma breve alguns desses momentos, numa tentativa de explorar possíveis explicações para a atual conjuntura.

Tentemos refletir um pouco mais acerca do significado da passagem do voto em Lula para a eleição de Bolsonaro. Por um lado, Lula é talvez a maior liderança popular da história do país. Mesmo sem educação formal completa, é alguém capaz de fazer discursos de improviso e cativar sua audiência, além de sua conhecida habilidade como articulador político e sua busca por formas de conciliação do conflito, desde o início de sua trajetória como líder sindical. Por

outro lado, Bolsonaro é quase o oposto: sujeito bruto, um líder rudimentar dos baixos escalões das forças armadas, que se expressa muito mal e nunca foi uma liderança política, sempre ligado aos bastidores das instituições parlamentares. Ao comparar ambas figuras para tentar entender a passagem do voto para uma para outra, não estou afirmando de modo algum que Lula e Bolsonaro sejam equivalentes. O que importa aqui é tentar entender se há elementos que permitam aquela passagem a que me referi. Creio que devemos buscá-los nas formas e processos pelos quais as pessoas se identificam tanto com Lula quanto com Bolsonaro.

De fato, existem diferenças substanciais nas formas de identificação, por conta das figuras que representam a liderança quanto por aqueles que transferem suas imagens. Por um lado, Lula é um líder de origem operária, cuja base política sempre esteve vinculada a diferentes estratos das classes trabalhadoras, tanto em suas frações mais organizadas quanto naquelas mais precarizadas. Por outro lado, Bolsonaro sempre foi representante de profissionais militares, encontrando ressonância em indivíduos mais imediatamente afeiçoados à ditadura civil-militar. Contudo, a despeito das distinções gritantes, há um pano de fundo comum entre eles, a relação entre a reorganização neoliberal do capitalismo, a constituição de um indivíduo neoliberal e as tendências autoritárias e neofascistas que estão cada vez mais inscritas nas tentativas de resolver crises políticas e crises de acumulação do capital.² Vou explorar alguns desses elementos na sequência de minha exposição, tentando estabelecer uma relação entre formas de organização

² Há uma pesquisa interessante liderada pelo sociólogo e filósofo Ezequiel Ipar (2018) acerca das relações entre neoliberalismo e autoritarismo. De forma muito resumida, seus levantamentos apontam para uma íntima conexão entre a adesão e incorporação de elementos da ideologia neoliberal (como a meritocracia e a recusa do estado enquanto fundo público para remediar as condições de vida das camadas mais empobrecidas) com ideias e práticas autoritárias. Segundo os dados de Ipar, haveria uma correlação entre a aderência à ideologia neoliberal e a presença de traços de uma personalidade autoritária. Não por acaso, o autor procura atualizar as pesquisas sobre personalidade autoritária levadas a cabo no início dos anos 1950 e que contaram com a participação de Theodor Adorno, entre outros pesquisadores. No Brasil, já existe um levantamento que aplica as categorias a respeito da personalidade autoritária para o caso brasileiro. O resultado é preocupante, mas não chega a ser surpreendente, se levarmos em conta as tendências violentas de nossa sociedade, que não vêm apenas da escravidão e do colonialismo, mas se repuseram e se renovaram com a ditadura civil-militar. De acordo com levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), a propensão a atitudes autoritárias na população brasileira corresponderia a um índice de 8,10 (em uma escala de 0 a 10). Pesquisas mais recentes têm mostrado também que indivíduos das classes trabalhadoras, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos, possuem elementos autoritários em suas ideias e opiniões, como mostram, por exemplo, as indagações de Pinheiro-Machado (2018), Solano (2019) e Kalil (2018). Mas há um elemento que falta a essas pesquisas e que justamente tenta ser preenchido por Ipar, no caso argentino: como ao neoliberalismo corresponde um tipo de personalidade neautoritária (e, no limite, neofascista). Temos aqui um possível acesso para entender, em parte, por que Bolsonaro foi apoiado pela maioria dos eleitores no último pleito presidencial. No fundo, há uma forte permanência de traços autoritários no brasileiro, que, muitas vezes recalcados, encontraram uma válvula de escape a partir da crise política e tiveram na figura de Bolsonaro uma forma de resolução, ainda que precária e temporária. Nesse sentido, embora indivíduos saudosistas da ditadura civil-militar apareçam como figuras excêntricas e que não ultrapassem uma minoria da população, a questão é saber por que um exemplar dessa suposta excentricidade, como ocorre com Bolsonaro, pode ser visto como perene e latente. Obviamente, no que diz respeito às classes trabalhadoras, tanto a personalidade autoritária quanto a adesão ao ideário neoliberal se fazem de modo contraditório. Talvez tenha sido a “manipulação” dessas contradições um dos motivos para a vitória do neofascista.

política dos trabalhadores, mudanças na produção capitalista e seus efeitos sobre a reprodução da força de trabalho. Por último farei algumas ilações acerca do significado da crise da democracia e como podemos entendê-la dentro do contexto desta pequena análise.

Àquela relação entre neoliberalismo e autoritarismo, portanto, também se deve ligar processos de transformação política e processos de reorganização do conflito social. Veremos então como o destaque da liderança de Lula corresponde às mudanças que se operaram no Partido dos Trabalhadores e em outros partidos e movimentos populares e dos trabalhadores. A tão citada hegemonia do PT na esquerda brasileira e a liderança quase mágica de Lula ocorrem em paralelo com o esgotamento das formas de luta social e política que ocorreram no final da década de 1970. Em especial, essa exaustão pode ser compreendida a partir da predominância do estado como horizonte de transformação, da qual o PT foi ao mesmo tempo vítima e artífice. De forma estritamente associada, há também uma mudança significativa no próprio perfil das classes trabalhadoras brasileiras nos últimos 30 anos, que corresponde à vitória do neoliberalismo no país, como em quase todo o planeta. As próprias transformações do PT não podem ser separadas das mudanças no conflito social, sob pena de entendê-las somente do ponto de vista da cúpula partidária, como uma simples escolha de alguns agentes. Só assim é que podemos começar a tocar no entrelaçamento entre momentos distintos da crise.

A vitória do neoliberalismo se expressa duplamente, em uma conjunção da reorganização do uso da força de trabalho e nas formas de organização política que, de maneira mais ou menos mediada, se colocam contra essa reorganização. O primeiro aspecto diz respeito à incorporação por parte da sociedade burguesa pelos anseios de autonomia dos explorados e dominados, um pouco como Luc Boltanski e Ève Chiapello descrevem em seu livro sobre o novo espírito do capitalismo – ainda que a capacidade do capitalismo descrita pelos autores em se apropriar da crítica teórica e prática não seja novidade, basta pensarmos nos conceitos de mais-valia relativa e de indústria cultural. Mas, diferentemente da descrição e análise oferecida pelos sociólogos europeus, essa incorporação se fez de maneira tardia por aqui. Enquanto no período entre os anos 1970 e 1980 do outro lado do Atlântico assistia-se a uma série de derrotas das classes trabalhadoras organizadas e dos partidos de esquerda diante da avalanche thatcherista e reaganista, por aqui estávamos às voltas com a “invenção democrática” (Oliveira, 2006). A implantação do neoliberalismo com força total teria de esperar pelos anos 1990 para impor

aquelas derrotas e uma reorganização profunda tanto dos processos de trabalho quanto do próprio perfil da classe trabalhadora.

Antes disso, experimentamos no Brasil a ascensão política dos trabalhadores ao final da ditadura civil-militar.³ Em face da crise do regime, marcada pelas dificuldades no processo de acumulação capitalista, aumento do custo de vida e das taxas de exploração, uma parcela importante de trabalhadores das grandes cidades se reorganizou politicamente. Essa reconfiguração correspondeu não apenas às transformações no processo de produção capitalista alavancados pela ditadura, mas também pela própria reconfiguração do perfil da classe. Com a expansão da acumulação de capital, assistiu-se a um crescimento vertiginoso dos grandes centros urbanos e, sobretudo, de suas periferias, às quais se dirigiam grandes contingentes de força de trabalho expulsos de seus lugares de origem e atraídos pelas perspectivas de trabalho pouco qualificado, especialmente trabalho industrial e serviços. Como resposta à precariedade nas condições de vida e de reprodução de sua força de trabalho, aqueles trabalhadores foram responsáveis pela renovação nas formas de luta e contestação social, levando-se em conta o fim do ciclo trabalhista e da liderança exercida pelo PCB. Não apenas o novo sindicalismo surgiu nesse cenário, mas também lutas em torno de moradia, saúde, transporte, etc., ambiente no qual pode prosperar a criação de um partido dos trabalhadores. Tampouco foi casual que questões relativas à autonomia das organizações dos trabalhadores brasileiros daquela época estivessem em perspectivas e tivessem sido mencionadas nos documentos iniciais do PT.

É verdade que as teses sobre autonomia eram uma referência mais imediata à contraposição dos novos trabalhadores organizados perante a estrutura sindical arregimentada pelo estado e à estratégia política do PCB. Não sem uma boa dose de ironia, levando-se em conta o desenvolvimento posterior do PT, este criticava a postura conciliatória dos comunistas e a ausência de vínculos estreitos com sua base. Em particular, o PT considerava as táticas e estratégias do PCB uma imposição externa às classes trabalhadoras, o que levou à expressão de uma recusa da sua configuração inicial enquanto um partido de vanguarda, distante das vontades e necessidades dos trabalhadores brasileiros. Além disso, os novos sindicalistas queriam fundar um partido porque não havia representação oficial dos operários nos parlamentos da época.

Aqui se percebe como os traços de independência política devem ser vistos com algum cuidado. Afinal de contas, como André Singer (2012) e Lincoln Secco (2014) discutem em seus trabalhos, o vínculo dos trabalhadores brasileiros com o estado não seria exclusivo do período após a ditadura, mas uma marca de sua precariedade e da violência das próprias forças estatais

³ Esta seção do texto se baseia parcialmente em meu texto a respeito da trajetória do PT em livro organizado com Luis Felipe Miguel, além do posfácio do livro (cf. Puzone, 2019 e Puzone e Miguel, 2019).

perante as tentativas de organização de seus próprios interesses. Também há literatura que examina o estatismo presente na história das esquerdas brasileiras desde a consolidação do PCB (cf. Reis Filho, 2014), mostrando que se trata de um problema quase secular. O que importa aqui é ressaltar em que medida diferentes formas de organização dos trabalhadores no Brasil tiveram e têm no estado um ponto nevrálgico. Por conta de sua própria forma, mas também pelas características da sociedade brasileira, em que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores quase sempre apareceu como uma concessão vinda de cima, e não uma conquista fruto de muito esforço e luta, o estado aparece como uma instituição neutra. Seu núcleo constitutivo, sua relação intrínseca com processos de acumulação capitalista, é obscurecido.

Por sua vez, as transformações do PT têm na relação com o estado um eixo de análise importante, uma vez que ele permite ressaltar alguns aspectos de sua relação com o funcionamento do capitalismo e suas formas, assim como a maneira pela qual as classes trabalhadoras foram vistas em suas formas de organização e sua inserção na sociabilidade burguesa. Se inicialmente o PT encontra na questão da autonomia organizativa dos trabalhadores brasileiros uma pedra de toque para sua própria constituição, a passagem ao estado aponta para os problemas que a questão da autonomia da classe adquiriu nessas últimas décadas.⁴ No decorrer de sua trajetória, o partido atualiza a ideia segundo a qual o estado permitiria integrar massas de trabalhadores excluídas das condições mínimas para sua reprodução, renovando as tentativas de modernização mais ou menos nacionalistas que se estabeleceram ao longo do século XX. Para além da ligação com o estatismo característico das esquerdas brasileiras, ainda que o próprio partido se afirme como um antípoda do PCB, esse traço de suas mudanças ajuda a entender o *aggiornamento* que o Partido dos Trabalhadores fez com relação ao próprio estado e formas de reprodução da força de trabalho no momento em que assume a gestão federal em 2003.

⁴ Como se pode notar a partir de uma revisão do período final da ditadura civil-militar, perspectivas de organização autônoma dos explorados e dominados têm a ver especialmente com as perspectivas da produção e reprodução de suas vidas. Ou seja, se eles mesmos podem reorganizar suas vidas sem estar sob a égide de relações capitalistas, o que implica não apenas a contestação das formas de organização do trabalho (o que implicaria, no limite, a organização desses processos pelos próprios trabalhadores), mas também a reorganização de atividades relacionadas à reprodução da força de trabalho (transporte, reprodução, educação, saúde, etc.). Certamente, não se trata de dizer que uma reorganização para além da relação trabalho-capital estivesse imediatamente no horizonte daquelas formas de organização – até porque a inserção nas instituições estatais e o reconhecimento de uma gestão democrática da reprodução da força de trabalho se misturavam a formas de combate mais direto às personificações do capital. Trabalhadores e sindicalistas mais combativos, como era o caso da Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo, conviviam não apenas com seus pares que constituiriam quadro dirigentes do PT e da CUT, mas também com movimentos que incidiam sobre as condições de vida dos trabalhadores e que estiveram nas origens dos itens “progressistas” que compunham a Constituição de 1988. Mas o que importa destacar é que havia ao menos um horizonte mais amplo de transformações substantivas, o que não parece ser caso atualmente. Defendo ao longo do texto a ideia de que o estreitamento desse horizonte é resultado tanto de derrotas daquelas formas mais autônomas de organização quanto da própria reorganização do capitalismo e da maneira como ele explora a força de trabalho. Ambos aspectos configuram uma conformação à sociabilidade vigente, tanto do ponto de vista das formas políticas quanto da subjetividade dos indivíduos.

Nesse sentido, a comparação entre PCB e PT nos dirige à necessidade de se fazer aquilo que já foi feito com o primeiro, isto é, tanto uma crítica teórica quanto prática. (Obviamente, vou me limitar aqui a um esboço de crítica teórica).⁵ Se os desdobramentos do golpe civil-militar de 1964 obrigaram boa parte das esquerdas brasileiras a uma revisão crítica das teorias e práticas dos comunistas, algo semelhante se apresenta com relação ao PT e às duras derrotas impostas não apenas desde o golpe de 2016 e a posterior eleição do neofascista, mas também com referência à sequência de acontecimentos após as jornadas de junho de 2013. Já no início da trajetória do Partido dos Trabalhadores as instituições estatais eram analisadas sob a chave da disputa, isto é, concebia-se o estado como um espaço neutro a ser disputado, o que se fundamenta, como mencionei acima, não somente em apontamentos teóricos, mas sobretudo em uma longa trajetória histórica. Tudo se passa como se parte das ações políticas das classes trabalhadoras brasileiras nunca tivesse superado as barreiras impostas pelo trabalhismo – o que também deve incluir as resistências das burguesias às mínimas perspectivas de organização política dos trabalhadores ou alguma forma de melhoria na reprodução da força de trabalho.

De fato, as concepções do partido acerca do estado não eram muito precisas durante os primeiros encontros. Elas só ficariam mais claras conforme as eleições se tornaram um meio fundamental de organização, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980. As questões acerca da autonomia da classe trabalhadora vão aos poucos desaparecendo e dão lugar a termos como “nação” e “povo”. Consequentemente, conflitos sociais e de classe passam a ficar menos evidentes no vocabulário para expressar os problemas da sociedade brasileira. Mais importante, porém, trata-se de entender como o horizonte de transformações a serem levadas a cabo mediante o partido se estreitou. Isto é, não se trata apenas de uma reorganização no plano das palavras ou ideias, mas de práticas e relações materiais que vão se consolidando naquela passagem: o estado se apresentava cada vez mais como o horizonte final das ações políticas dos trabalhadores.

Igualmente fundamental é entender como esse *aggiornamento* em relação ao estado também possui vínculos e implicações para as relações entre partido e classes trabalhadoras. Isso fica mais evidente após a derrota para Collor nas eleições de 1989: o poder político deveria ser apropriado, marcando uma redefinição dos papéis do estado, que a partir de então é visto

⁵ Não há porque insistir sobre a tão falada necessidade de autocrítica por parte das lideranças políticas, especialmente por dois motivos. Se encarmos a trajetória do PT como semelhante ao desenvolvimento de partidos socialdemocratas, então pouco se pode esperar a respeito de um retorno a posições mais ou menos radicais que estariam postas no início. Além disso, e mais importante, a crítica tem de estar baseada em processos reais de organização dos trabalhadores, isto é, um processo de reflexão externa ao partido. Desnecessário esperar alguma crítica consistente que parta dos próprios membros do partido se ela tem de vir necessariamente de fora.

como garantidor do crescimento econômico mediante a integração de milhões. Ou ainda, o estado é assumido como força de desenvolvimento econômico e social. Não deixa de ser curiosa uma afirmação presente no texto final do sétimo encontro nacional (1990), pois ela marca uma percepção dos problemas que o partido enfrentava e enfrentaria nos anos posteriores: o PT não seria imune às instituições políticas, dada a centralidade que as disputas eleitorais adquiriram. Sem que seja possível inferir o que estaria por vir, o texto do congresso explicita que as formas de organização política deveriam corresponder à realidade histórica do final do século XX (é óbvia a referência à queda do muro de Berlim e à crise da União Soviética).⁶

Assim, se a partir o final dos anos 1980 o partido se deparava com a questão das eleições e as feições que ele assumiria a partir dela, isso não pode ser entendido apenas em termos de decisões internas, sejam das lideranças, sejam dos representantes dos filiados. As mudanças pelas quais passou o partido não podem ser entendidas apenas pela chave da burocratização ou do transformismo. Sem dúvida, ambas têm sua importância ao destacar aspectos importantes das transformações do PT. Por um lado, a ênfase na burocratização permite entender como o partido foi aos poucos aceitando as regras do jogo político institucional, não conseguindo mais agir por fora dessa institucionalidade. Por outro, aqueles que enxergam um processo de transformismo no partido tendem a destacar uma mudança de classe com relação aos dirigentes do PT (ora essa mudança tem como eixo a pequena burguesia, ora essa mudança aponta para um aburguesamento do partido ou a transformação de suas lideranças em gestores). No entanto, se ambos os eixos explicativos iluminam aspectos centrais da história do partido, há uma dificuldade em entender como suas transformações se inserem e se entrelaçam com mudanças mais amplas no capitalismo brasileiro e, em especial, no perfil das classes trabalhadoras. Ou seja, talvez seja necessário compreender as transformações do PT diante do cenário das relações de classe, fazendo justiça ao próprio nome do partido. Uma das características mais importantes consiste na correspondente aproximação do PT ao que Singer chamou de “subproletariado” à crescente gravitação do partido ao redor do estado – o que também tem implicações acerca da relação entre conformismo e autonomia de classe. A questão aqui é a seguinte: em que medida a corrida eleitoral passa a ser o eixo central da construção das formas de organização das classes trabalhadoras?

⁶ É verdade que nos documentos da época, o partido tinha um diagnóstico acerca das lutas dos trabalhadores. Uma vez que elas se encontravam num momento de descenso tanto por conta de seu esgotamento com as campanhas por eleições diretas quanto pela recessão econômica e desemprego, seria necessária sua reorganização tendo em vista o fortalecimento das posições dos trabalhadores no interior do estado. O que as teses sobre a necessidade de “hegemonizar” o estado brasileiro deixam transparecer já na segunda metade da década de 1980 é que a conquista das instituições políticas consistiria em uma etapa prévia de um processo de transformações mais radicais e substantivas. Nota-se, então, mais uma semelhança não reconhecida e assumida com o PCB, o etapismo.

Se, de fato, há uma aproximação com as parcelas mais precarizadas dos trabalhadores brasileiros, a ligação com o estado tende a reforçar uma organização dos subalternos de cima para baixo. Daí que a atração dos setores mais desorganizados da classe em direção ao estado tenha se tornado uma questão crucial. A antiga e contraditória ênfase na autonomia dá lugar não apenas a fórmulas neoliberais de gestão das populações, entre as quais se encontram tanto programas de transferência de renda ou de ampliação do crédito quanto a ocupação militar de territórios, integrada com a presença maior de empresas nas periferias. (Entre esses dois momentos extremos encontram-se as formulações caudatárias do nacional-desenvolvimentismo, resumidas no célebre programa democrático-popular de 1987). Para além delas, também se reforçam os vínculos imaginários de uma parcela da população não integrada com o estado e nação, algo feito particularmente via propaganda. Esta, em especial, permite lançar alguma luz nesse conjunto de questões. Por exemplo: quanto mais a propaganda partidária se torna forma essencial de vínculo com o partido, ainda que muito débil pela própria forma, mais o partido também se torna veículo da sociabilidade burguesa.

Há ainda outro elemento a ser analisado. A aproximação e aceitação do partido em relação às regras e formas do estado não apenas o faz mais semelhante aos outros partidos políticos, em especial MDB e PSDB. A questão é compreender que essa aproximação também diz respeito ao fato de que todos eles tenham de se assumir como uma mercadoria a ser escolhida pelos eleitores. As eleições funcionariam de maneira semelhante a um mercado político, assim como se escolhem produtos num supermercado. Não haveria muitas diferenças quanto ao conteúdo e muito menos com relação à forma. O problema é que isso não apenas reduz as formas de expressão dos trabalhadores a uma entre demais escolhas a serem feitas. Mais grave é que essa conformação desaguará na crise da representação da democracia liberal. Se os indivíduos se sentem, com razão, distanciados da esfera política e enraivecidos com seu funcionamento, por que eles não podem preferir uma alternativa que se venda como antissistêmica?

Um terceiro elemento a se destacar nessa difícil equação é que a tendência ao estreitamento entre a forma e o conteúdo dos partidos políticos, incluídos os de esquerda, e o funcionamento de um mercado possui uma afinidade com alguns dos elementos mais salientes da ideologia neoliberal, a capacidade de escolha individual dos agentes. Assim, a crise da democracia e as dificuldades em reproduzir a própria vida seriam passíveis de uma resolução individual. Para tanto, basta que se ponha na balança e de maneira racional os prós e os contras de cada lado. Por que então não se poderia dar uma chance a figuras neofascistas? Não poderiam elas personificar um tipo de racionalidade própria de nossa atual configuração do capitalismo?

Sugeri no início do texto como os dilemas em que a sociedade brasileira se colocou nos últimos anos não são resultado apenas de um ponto de inflexão, como se costuma entender as jornadas de junho, tanto nos protestos organizados por grupos mais afeitos ao anticapitalismo quanto pela tomada das ruas por grupos de direita e extrema-direita. Ao contrário, as atuais manifestações de crise devem ser entendidas como um longo processo de decantação do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, em particular, das classes trabalhadoras. Porém, não desconsidero a importância daqueles eventos de seis anos atrás, sobretudo porque eles foram expressão das dificuldades do PT em relação formas de organização autônoma, distintas dos partidos e da gravitação ao redor do estado. Ou seja, eles revelam em um momento concentrado um processo histórico. Movimentos como o Passe Livre foram acusados diversas vezes de jogar água no moinho das forças sociais contrárias aos avanços dos governos petistas. Seus protestos pela anulação do aumento das passagens teria sido o início do fim, pois deram a chance para que a indignação das assim chamadas classes médias e das burguesias pudesse ser canalizada.⁷

Se pensarmos na conjuntura da deposição de Dilma, sobretudo pela ausência de grandes formas de resistência popular e da própria incapacidade do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos e sindicatos que são seus satélites de reagir aos acontecimentos a não ser mediante as instituições estatais, sobretudo o poder judiciário, então é possível entender que o atual momento guarda alguma semelhança com o fim do ciclo político liderado pelo PCB. Por um lado, os assim chamados movimentos sociais tiveram uma importância fundamental na redemocratização brasileira na década de 1980, apontando para aquela renovação em formas de luta e organização da qual Francisco de Oliveira fazia menção. Por outro lado, à medida que as perspectivas da maior parte das esquerdas organizadas gravitaram cada vez mais ao redor do estado e de suas instituições, essa conformação aponta para a exaustão de um ciclo que começara ao final da década de 1970. Se nas suas raízes os “movimentos sociais” e os sindicatos mais próximos ao PT traziam a marca do novo, ainda que de maneira muito contraditória, as administrações federais encabeçadas pelo PT abriram um espaço até então inédito à sua entrada nas

⁷ A constituição de uma “guerra híbrida” no Brasil a partir de 2013 ganhou certa popularidade, entre outros motivos, pelo paralelo que a interferência da maior potência militar do planeta apresenta com 1964. Por meio de empresários e *think tanks*, os EUA teriam contribuído decisivamente para a organização dos protestos contra Dilma Rousseff. Se a influência do império estadunidense é inegável, a tese de uma interferência externa nos dias atuais tende a ignorar, tal como já se fez mais de cinquenta anos atrás, o fato de que decisões em termos de relações de classe e exploração são levadas a cabo internamente. Do contrário, tende-se a explicar o que acontece por aqui mais em termos de uma noção abstrata de “imperialismo” do que propriamente capitalista (explicação da qual, originalmente, o conceito de imperialismo é apenas uma parte). Além disso, as teses alicerçadas na “guerra híbrida” parecem imaginar que os protestos e as assim chamadas revoluções coloridas seriam uma resposta à suposta ascensão social e geopolítica, obscurecendo mais uma vez problemas relacionados à precarização da vida dos trabalhadores e às relações de exploração e dominação que aconteciam nos anos anteriores a 2013 (assim como antes de 1964).

instituições políticas da ordem. Isso não significou apenas um processo de burocratização e de afastamento em relação às bases sociais. Também foi importante o fato de que o estímulo à expressão dos interesses dos trabalhadores, sobretudo em suas franjas mais empobrecidas e precarizadas, se fazia cada vez mais pelo simples ato de votar.⁸ Como esperar, então, que elas pudessem se organizar e oferecer alguma forma de resistência face aos projetos de reforma trabalhista e da previdência que se seguiram ao *impeachment*?⁹ Certamente, esse processo de gravitação em direção às formas políticas da sociedade burguesa teve no Partido dos Trabalhadores seu principal eixo de atração.

A trajetória do PT mostraria, no limite, como a sociabilidade capitalista se impôs como horizonte político e de transformações. De maneira resumida, pode-se dizer que as noções acerca da mudança social se tornaram cada vez mais conformistas, o que não é uma novidade para quem discute sua história. Afinal, ao aceitar cada vez mais as condições de reprodução do capitalismo brasileiro e se apresentar como o gestor mais qualificado para empreender essa tarefa, as propostas originais do partido foram aos poucos amenizadas.

Outro aspecto a ser ressaltado acerca da conformação das lutas e da subjetividade dos trabalhadores brasileiros e, portanto, do horizonte de transformações, diz respeito à gestão/gestão de trabalhadores neoliberalizados justamente a partir dos anos 1990, mas que encontrou nos governos do Partido dos Trabalhadores um artífice, o que aparentemente é um contrassenso. Afinal, programas de redistribuição de renda e aumento real do salário mínimo contribuíram para a imagem de um partido que estaria cumprindo parte de seu programa inicial, a diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Contudo, quando examinamos algumas mudanças nas feições do partido e a implementação de programas sociais no auge das administrações Lula e Dilma, podemos observar que, mesmo que o partido e suas administrações tivessem na ação estatal um centro de gravidade, em contraste com a imagem imediata que se faz do neoliberalismo, microempreendedores e empresários de si mesmos nos grandes centros urbanos

⁸ É evidente também que as derrotas de movimentos e sindicatos, como os inúmeros assassinatos de lideranças populares ou os reveses de greves, como no caso dos petroleiros em 1995, devem ser contados para o recuo político dos explorados e dominados.

⁹ Dizer que houve uma ofensiva em relação às condições de reprodução da força de trabalho no Brasil após Temer assumir a presidência não significa que não tenha havido tentativas de se reorganizar os “custos” relativos à mão-de-obra, como fica evidente numa retrospectiva das reformas nos governos petistas, a começar pela reforma da previdência dos servidores públicos em 2003.

ganharam importância. As ações do governo federal na primeira década de 2000 inclusive estimularam e regulamentaram aquelas figuras.¹⁰

Nos parágrafos anteriores, fiz breve referência à maneira como construções ideológicas como “povo” e “nação” foram ganhando expressão nos programas do Partido dos Trabalhadores ao longo de seu desenvolvimento, implicando, em parte, a necessidade de se incorporar um grande contingente de trabalhadores não integrados às condições normais de reprodução de sua força. Ao observarmos as ações das administrações petistas com vistas a esse tipo de integração, percebemos como elas ajudaram a instaurar um tipo de subjetividade neoliberal entre os explorados e dominados.¹¹ Entre os dispositivos empregados por aqueles governos encontram-se a implementação do Bolsa Família e a expansão do crédito, que permitiu a incorporação de populações periféricas a formas populares de consumo. Além dessa expansão, podemos mencionar programas educacionais como o FIES e o PROUNI, que procuraram garantir acesso a jovens trabalhadores empobrecidos ao sistema educacional superior privado. Em todas elas, trabalhadores são interpelados enquanto indivíduos, ainda que seus membros pertençam em sua maioria às frações mais precarizadas da classe. Em meio a isso que poderíamos chamar provisoriamente de “individualização da ascensão social”, o lulismo se associou à disseminação do empreendedorismo enquanto referência para as ideias e práticas dos sujeitos.

Tal associação evidenciou-se mesmo para membros do PT, conforme pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo acerca das atitudes e opiniões de trabalhadores de bairros periféricos da cidade de São Paulo (cf. Fundação Perseu Abramo, 2017). Em levantamento feito entre 2016 e 2017, os pesquisadores ligados ao partido constaram que valores liberais e neoliberais coexistiam com demandas dos moradores da periferia por melhores saúde e educação públicas. Em particular, havia um forte desejo de alguns entrevistados em se tornar um empreendedor, o que expressaria o anseio de não ter patrões, administrar melhor o próprio tempo e trabalhar mais perto do local de moradia, entre outros. Importante aqui parece ser o fato de que, perante a

¹⁰ A instituição da figura jurídica do “microempreendedor individual” (MEI) foi regulamentada em 2008, ao final do segundo mandato de Lula. A descrição feita pelo atual presidente nacional do SEBRAE, Carlos Melles, não deixa dúvidas quanto às transformações nas formas de organização do trabalho e seu impacto na subjetividade de trabalhadores. Numa manifestação de clareza das burguesias sobre essa reorganização, ele não só vincula a figura do microempreendedor às atividades de serviço pouco qualificadas e ligadas à precarização do trabalho (especialmente feminino), como cabeleireiras e manicures, mas também “permeia toda a sociedade. O pedreiro é MEI, o carpinteiro é MEI, o trabalhador rural se tornou MEI. Em todas as profissões ele cabe, porque ele é um autônomo. É a modernidade. Tem gente que brinca dizendo que o SEBRAE vai ser o ministério do trabalho do futuro”. Cf. matéria a respeito dos dez anos da regulamentação do MEI, feita pela TV Câmara, em <https://youtu.be/h8MeC3a58x8>. Acesso em 17 de setembro de 2019. Melles foi relator do projeto de lei que regulamentou a figura do MEI e que, segundo a reportagem, foi aprovado por unanimidade.

¹¹ Os parágrafos que se seguem estão baseados parcialmente num texto escrito em conjunto com Bruna Della Torre e Eduardo Altheman a respeito das relações do lulismo com o neoliberalismo. Cf. Della Torre, Altheman e Puzone, 2019.

ausência de serviços e equipamentos públicos, junto com um sistema de proteção e previdência social falho, abrir um próprio negócio constitui uma saída individual da miséria e da precariedade. Não menos importante em termos políticos é a forma como os entrevistados se identificavam com a figura de Lula. Ela ocorria não tanto por ele ser um antigo líder operário, mas sobretudo por ser um exemplo que alguém que “conseguiu chegar lá”, de modo que há também uma projeção das características acerca de alguém bem-sucedido. Esse tipo de identificação permite inferir que prevalecem elementos da ideologia neoliberal em muitas camadas dos trabalhadores brasileiros, assim como fazer algumas considerações acerca de sua importância política e seu vínculo com a exaustão das formas de organização e expressão dos interesses do explorados e dominados dos últimos quarenta anos.¹²

De fato, as gestões petistas no plano federal levaram a cabo uma redução da miséria. No entanto, esse acontecimento se fez mediante o entrelaçamento com formas neoliberais de governo, especialmente porque a integração de trabalhadores excluídos dos circuitos “normais” da reprodução da força de trabalho teve por base formas individualistas. Se olharmos para o Bolsa Família, por exemplo, veremos que o programa integrava seus beneficiários a processos de financeirização. Há pesquisas (Bádue e Ribeiro, 2019) que mostram uma série de adaptações dos beneficiários para continuar a sustentar sua vida, tais como a aquisição de um novo cartão de crédito para pagar contas ou outros cartões de crédito, ou também contratar pequenos empréstimos.

Deparamo-nos com algo semelhante no que diz respeito à expansão do ensino superior. Por um lado, as peças publicitárias das instituições privadas de ensino superior frequentemente vendem seus serviços como formas de saída da condição precária. A conquista do diploma significaria o acesso à independência financeira e à autonomia pessoal. Por outro lado, cria um imenso mercado de investimentos financeiros com margens de lucro consideráveis. Mas há ainda outro elemento, que concerne à individualização e à financeirização da vida dos trabalhadores mais precários. Para adquirir empréstimos necessários ao pagamento das mensalidades, muitos estudantes terminam por contrair dívidas a serem pagas durante sua vida profissional, numa emulação do modelo estadunidense. Não só a educação não é percebida como um processo de formação ou de investimento público. Ela é vista, tal como o empreendedorismo, como

¹² Assim, a questão do carisma de Lula não se resume a suas qualidades excepcionais de líder. Ao contrário, ela deve ser associada à seguinte pergunta: por que as pessoas se identificam com ele? Por que trabalhadores que sofrem a experiência diária da exploração e da dominação enxergaram nele uma saída política? O mesmo tipo de questão poderia ser feito a respeito da eleição de Jair Bolsonaro, agora em chave inversa.

resultado de um esforço puramente pessoal. As formas atualizadas e neoliberalizadas da “viração” dos trabalhadores não tardariam a cobrar seu preço.

Ao mesmo tempo em que elementos da ideologia neoliberal se assentaram, assistiu-se aos já muito comentados processos de “despolitização” das camadas populares da sociedade brasileira. Não se entenda por essa expressão apenas o distanciamento e a consequente “ojeriza” à política (institucional). Isso seria simplificar demais as coisas. Em termos de relações entre classes e conflito social, “despolitização” deve corresponder especialmente aos obstáculos à constituição de organizações e movimentos pelos próprios explorados e dominados, e sua arregimentação por formas e forças políticas que são constitutivas da reprodução e ampliação da acumulação capitalista. Sugiro, então, que há uma correspondência entre a conformação das formas de organização e luta dos explorados e dominados, que passaram a se dar majoritariamente pela expressão de seu voto (ainda) periodicamente, e o apoio, mesmo que instável e temporário, à candidatura e ao posterior governo Bolsonaro. Tanto aquilo que se chama de crise da democracia liberal representativa quanto a crise nas esquerdas, que no fundo são manifestações distintas de um mesmo processo, encontrou uma resposta em 2018.

Perceba-se a existência de um vínculo entre o aumento do empreendedorismo, a precarização das relações de trabalho e a transformação da relação com a “política”. (Não por acaso, pesquisas mais recentes acerca das opiniões de trabalhadores nas grandes cidades destacam por vias diversas uma transformação tanto na memória dos indivíduos a respeito de suas perspectivas de ascensão social quanto as contradições daquele entrelaçamento). O anseio por escapar das imposições de um patrão e da instabilidade e insegurança em empregos temporários/bicos se mistura com a perspectiva de que o próprio trabalhador possa contar com empregados. Aqui é possível, então, começarmos a encontrar um solo fértil para relações autoritárias, uma vez que a posição autoritária por excelência em nossa sociedade é expressa pelo comando de capitalistas (ou seus capatazes) sobre a força de trabalho. Trata-se de entender e aprofundar algo que pesquisadores em outros lugares (como o citado estudo de Ipar, 2018) já perceberam. A emulação e a exaltação de uma relação empregado-patrão pelos próprios trabalhadores podem muito bem ser acompanhadas por atitudes que reforcem a autoridade. (Seria necessário, então, fazer uma correspondência entre a perenidade das práticas e da ideologia neoliberal com a personalidade autoritária).

O breve verão lulista e a constituição de uma assim chamada sociedade de classe média ajudaram a adubar ainda mais o terreno para o crescimento do neoliberalismo enquanto processo de constituição de sujeitos. Não é por acaso que alguns analistas têm chamado atenção para a ruptura crescente entre as imposições dos capitais financeiros e fictícios em relação a

formas liberais-democráticas de política institucional (cf. Streeck, 2018). A questão aqui é entender como essa cisão, que constitui apenas a normalidade da sociedade burguesa, pode encontrar receptividade mesmo em camadas de trabalhadores, e como essa suscetibilidade relaciona-se com a conformação de sujeitos neoliberais. Inicialmente, Streeck procura mostrar em *Tempo Comprado* como a atual crise financeira e orçamental do capitalismo deve ser pensada em continuidade e como um momento da evolução geral das sociedades modernas a partir do final dos anos 1960. Mais especificamente, observa-se um processo de dissolução do regime democrático do pós-guerra, sobretudo no caso das democracias mais ricas do mundo ocidental. Streeck mostra que os processos de financeirização e desregulamentação da economia, aliados ao financiamento da dívida dos estados, constituiu o que ele chama de “compra de tempo”. Nas tentativas de impedir crises vindouras, os países ocidentais injetaram dinheiro na economia de modo a adiar um acontecimento iminente. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais decorrentes da desestruturação do estado de bem-estar social, processos de reorganização da gestão do trabalho e queda na qualidade de vida foram apaziguados mediante gastos de dinheiro (na forma de inflação, endividamento das famílias, expansão do mercado de créditos e compra de dívidas estatais). Garantiu-se uma espécie de lealdade de massas ao projeto neoliberal de sociedade enquanto sociedade de consumo.

O distanciamento crescente entre capitalismo e democracia ocorreria em meio a esses processos. Streeck descreve esse curso como uma revolta do capital contra a economia do *welfare* do período pós-guerra. Diante da crise econômica no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o capital passou a exigir que a economia se libertasse cada vez mais da intervenção democrática. Estaríamos vivendo, então, uma fase tardia da democracia, prestes a ser esterilizada como democracia de massas redistributiva e reduzida a uma combinação de estado de direito e distração pública. Embora necessária ao próprio funcionamento da acumulação capitalista, os portadores do capital rejeitaram a regulação social que lhes foi imposta após 1945, isto é, trata-se a história de um verdadeiro processo de evasão.

Embora não toque na questão-chave a respeito do modo como os indivíduos produzem e reproduzem suas vidas, um dos argumentos mais importantes de Streeck consiste na ideia de que a arena do conflito distributivo foi sendo cada vez mais transferida para longe do mundo das experiências e das possibilidades de intervenção por parte das pessoas comuns, intermediado pelas instituições da democracia liberal-representativa. Este me parece ser um sentimento bastante difuso em nosso cotidiano e que é sintoma dos problemas-chave da sociedade moderna. Streeck não sugere isso claramente, mas podemos dizer que a dissociação entre um sistema democrático mínimo e a expansão da acumulação capitalista é uma tendência inerente à

nossa forma de organização social. No fundo, a democracia atual estaria se limitando a uma de suas formulações mais célebres: a democracia consistiria em processos de escolha das elites governantes, tal como na famosa expressão de Joseph Schumpeter. Haveria uma cisão cada vez maior entre as expectativas de intervenção política por parte de eleitores, que se afiguram cada vez mais como simples espectadores, e as decisões tomadas pelos governos sob a égide dos imperativos da acumulação capitalista liderada por sua fração financeira.

Tomando essas reflexões provisórias a respeito da cisão entre capitalismo e democracia, ou ainda, a dissociação inerente da sociedade burguesa em relação a processos substantivos de democracia, podemos partir disso para pensar o caso brasileiro. Se o estado não deixou de atuar como administrador dos conflitos sociais no período neoliberal, ainda que para isso ele tenha mudado *modus operandi*, então é possível pensar como o PT atualiza sua relação com o estado em tempos de predomínio das finanças e do capital fictício. Uma vez que as pressões dos diferentes grupos capitalistas sobre o estado impediam a configuração de algo próximo a um *welfare state*, o caminho possível para remediar as posições do trabalho só pode ser feito mediante entrelaçamento com processos de financeirização. É claro que isso foi possível pela incorporação de uma disposição à negociação capitalista que foi aos poucos tomando conta do partido, para falar como Pierre Bourdieu. Ao contar também com a aceleração da acumulação capitalista pela fábrica chinesa do mundo, parecia possível no início do século uma espécie de “capitalismo feliz”. Sem que fosse necessário confrontar o conjunto das frações burguesas para ampliar os serviços e fundos públicos, a expansão da base da pirâmide social com empregos formais, mas de baixa qualificação, ao mesmo tempo em que crédito e operações financeiras se expandiam e se popularizavam, então esse parecia o cenário perfeito para uma gestão com feições populares.

Mas essa administração do capitalismo local com ares populares não apenas redundou na individualização do conflito social e no obscurecimento do pertencimento às classes trabalhadoras, como pudemos ver acima. Além disso, ela corresponde à desestruturação das formas de luta para se contrapor aos avanços da reorganização capitalista. No momento em que as imposições das diferentes formas do capital se fizeram sobre seus representantes, o isolamento das formas políticas perante a maioria dos indivíduos foi sendo agravado. Pense-se não apenas nas promessas feitas por Dilma acerca de um novo pacto político logo após a revogação do aumento das passagens do transporte público, que foram devidamente negadas com a opção pelo austericídio, mas também em todas as reformas levadas a cabo pelos governos Temer e Bolsonaro. Às frouxas mudanças referentes aos trabalhadores precarizados, que de tão frágeis puderam ser revogadas em pouco tempo, corresponde um distanciamento maior entre os indivíduos e as possibilidades de efetivamente controlar a produção e a reprodução de suas vidas.

Ao mesmo tempo, a fisionomia neoliberal assumida por parte dos explorados e dominados ajudava a ofuscar aquelas possibilidades.

Daí a importância em se considerar atentamente o significado da insatisfação com a política. A percepção traduzida em senso comum a respeito do funcionamento da política em nosso país (mas que se encontra também por todo o planeta) aponta para um incômodo quase permanente com o isolamento das instituições políticas e estatais diante da vida cotidiana da maioria das pessoas. Seria preciso estar mais atento àquilo que se convencionou chamar de sentimento “antipolítica” que ganhou visibilidade a partir dos protestos de junho de 2013. Certamente, não desconheço o fato de que aquele período foi marcado por manifestações de diversos matizes políticos, desde uma esquerda autonomista até os protestos anticorrupção, marcados pela assim chamada classe média e que redundaram na atual crise política. No entanto, chamo atenção para o significado daquele incômodo com a política e as distintas respostas que se ofereceram a ele. Não estaríamos muito longe da descrição que Theodor Adorno (2008) oferece a respeito dos sentimentos com relação à democracia liberal: muitas pessoas passaram a manifestar sua insatisfação com a separação da política com relação a suas vidas.

Nos damos conta de nossa impotência diante de acontecimentos e relações sobre os quais não podemos ter a mínima influência, o que significa que as condições objetivas nas quais nossas vidas estão inseridas se impõem como barreiras aparentemente intransponíveis. Como não podemos transpô-las, isso acaba por gerar sentimentos de insatisfação e ódio, que encontram algumas formas de resolução. Uma delas passa pela personalização de questões objetivas – seja pela auto-culpabilidade, seja pela identificação com a figura do outro. Outra daquelas formas passa pela eleição de figuras políticas com quais nos identificamos e, portanto, apostamos nelas para a resolução da crise. Bolsonaro pode ser visto justamente como essa forma de resolver ou conter os antagonismos de nossa sociedade.

As dificuldades de organização das próprias classes trabalhadoras em reconfigurar sua autonomia perante os mandos e desmandos dos portadores capitalistas anda de mãos dadas com o caráter indeterminado da insatisfação com as condições de vida e que abre as possibilidades para o avanço do neofascismo. Não seria mero acaso que as últimas eleições tenham sido pautadas, em parte, pelo cansaço com “tudo o que está aí”. Em contrapartida, a insistência com as formas tradicionais da política feitas por parte expressiva das esquerdas brasileiras corresponde a um mal-estar que é apenas identificado como sintoma, mas que não se sabe exatamente do que. Tampouco podemos duvidar de que a maioria das pessoas vai gastar muita energia para continuar sobrevivendo, mesmo que para isso elas tenham de aderir a soluções autoritárias e violentas. Elas querem continuar a viver a suas vidas, o que implica também a adaptação a essa

sociedade, por mais dolorosa que ela seja. Essa conformação implica também abrir mão da ideia de uma subjetividade autônoma, que remete, por sua vez, à ideia de uma verdadeira democracia, na qual todos nós possamos ter autonomia para decidirmos como viveremos em associação uns com os outros. Do contrário, há uma significativa tendência à indiferença com relação à democracia, reforçada pela ênfase cotidiana da ideologia neoliberal e seus aparelhos a respeito da competição e da performance.

Desde a prisão arbitrária de Lula, parte das esquerdas organizadas vem insistindo na centralidade de sua libertação como centro de uma retomada da democracia. Embora a soltura imediata do líder petista seja uma reivindicação mais do que justa, ela esconde algumas questões que precisam ser discutidas, a meu ver, se quisermos entender que tipo de democracia queremos. Em um texto no qual faço uma caracterização das burguesias brasileiras como *rackets* (Puzone, 2017), isto é, como grupo social que fará de tudo para extrair até a última gota de mais-valia, valendo-se inclusive de formas violentas, afirmei que a posição de parte das esquerdas com relação a Lula pode ser descrita como uma forma de melancolia. Resumidamente, eu afirmava naquele texto que a exaustão das formas de organização política vinculadas aos trabalhadores e dominados correspondia ao recurso à liderança de Lula como uma maneira de não ter de encarar exatamente o que se perdeu com sua prisão e o golpe de 2016. Ou seja, a busca incessante por uma espécie de pai que nos protegesse de grupos autoritários e elementos neofascistas seria um sintoma da perda das formas de organização política autônoma e que posteriormente foram sendo conformadas à institucionalidade política e à sociabilidade capitalista. Diante dessa exaustão, não sabemos muito bem como retomar as lutas, daí a possível descrição desse processo como algo melancólico: a perda de um objeto sem que se saiba exatamente o que se perdeu, gerando um estado de paralisia.

A isso também se liga a possibilidade de uma retomada da democracia, ou melhor dizendo, da necessidade de um aprofundamento de seu significado mesmo. Se desde Marx já sabemos, com base nas experiências organizativas dos trabalhadores em meados do século XIX, que só é possível se contrapor a essa forma de organizar a vida social mediante uma organização autônoma, talvez pudéssemos recuperar um pouco das experiências de lutas dos explorados e dominados no Brasil que estiveram na própria origem do PT e de Lula, mas que se perderam na sua conformação. Retomar a perspectiva da organização dos locais de trabalho, de escolas, creches, postos de saúde, meios de transporte e daí em diante pode constituir uma retomada e

uma radicalização da democracia, em resposta ao isolamento das instituições e formas políticas com relação à vida comum das pessoas.¹³ Além disso, também seria uma resposta à mobilização feita por reacionários e neofascistas da insatisfação dos subalternos, contrapondo-se à constituição e consolidação de personalidades autoritárias.

Bibliografia

ADORNO, Theodor. “O que significa reelaborar o passado?”. In: *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 29-50.

BÁDUE, Ana Flávia and RIBEIRO, Florbela. “Economia do dia-a-dia de mulheres paulistanas: O Bolsa Família na gestão financeira da casa”. In: Marques, Ana Claudia Duarte Rocha (org), *Coletânea Hybris*, 2019.

DELLA TORRE, Bruna; ALTHEMAN, Eduardo; PUZONE, Vladimir. “Neoliberal unfoldings of Lulism. Remarks on the strained relationship between class and entrepreneurship”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 13, n. 2, 2019, p. 271-297.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo* (2017). <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>. Acessado em 29 de março de 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Medo da Violência e Apoio ao Autoritarismo no Brasil. Índice de propensão ao apoio a posições autoritárias*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

KALIL, Isabela Oliveira. “Who are Jair Bolsonaro’s voters and what they believe”. *Center for Urban Ethnography*, São Paulo, vol. 3, nov. 2018.

¹³ Essas perspectivas aparecem aqui e acolá, como mostram as tentativas de estudantes secundaristas em ocupar suas escolas perante a reorganização do sistema escolar. Ainda que sua reivindicação imediata se limitasse à reversão das alterações feitas pelo governo do estado de São Paulo, percebe-se que eles aprenderam na prática a se reorganizar, o que implicava na autogestão da escola e de sua cozinha, por exemplo. Esse último aspecto, aliás, aponta para a ligação intrínseca entre aquela reorganização e uma mudança nas relações que abarcam o trabalho das mulheres, ligado fundamentalmente à reprodução. Cf. o documentário *Espero por tua (re)volta*. Certamente, aquelas tentativas sucumbiram diante do avanço dos neofascistas, assim como foram absorvidas pelas organizações hegemônicas da esquerda.

IPAR, Ezequiel. “Neoliberalismo y neoautoritarismo”. *Política y Sociedad*, 55(3), 2018, p. 825-849.

OLIVEIRA, Francisco de. “A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil”. In: Basualdo, Eduardo; Arceo, Enrique (org.). *Neoliberalismo y Sectores Dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 265-291.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “Por dentro da mente dos eleitores de Bolsonaro que são fãs do político e vítimas da violência policial”. *The Intercept Brasil*, 11 de setembro de 2018. Disponível em < <https://theintercept.com/2018/09/11/eleitores-bolsonaro-violencia-policial/>>. Acessado em 11 de setembro de 2018.

PUZONE, Vladimir. “Os *rackets* brasileiros: notas sobre as atuais circunstâncias históricas”. *Estudos de sociologia*, vol. 22, n. 42, 2017, p. 93-109.

_____. “The development of the Workers’ Party: the rise and fall of a star”. In: Puzone, Vladimir; Miguel, Luis Felipe (org.). *The Brazilian Left in the 21st Century: Conflict and conciliation in peripheral capitalism*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2019, p. 23-44.

PUZONE, Vladimir; MIGUEL, Luis Felipe. “A brief afterword: Brazilian Left faces the rise of neofascism”. In: Puzone, Vladimir; Miguel, Luis Felipe (org.). *The Brazilian Left in the 21st Century: Conflict and conciliation in peripheral capitalism*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2019, p. 285-296.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura nacional-estatista”. In: *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 11-29.

SECCO, Lincoln. “A hegemonia tardia”. In: Pinheiro, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p. 231-245.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André e VENTURI, Gustavo. “Sismografia de um terremoto eleitoral”. In: Vários autores, *Democracia em Risco. 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOLANO, Esther. “Esther Solano e o micro-fascismo: ‘Bolsonaro passa, mas ódio no dia a dia é de longo prazo’”. Disponível em < <http://casadademocracia.org/esther-solano-e-a-fascistizacao-da-sociedade-bolsonaro-passa-mas-odio-no-cotidiano-e-de-longo-prazo/>>. Acessado em 25 de março de 2019.

STREECK, Wolfgang. *Tempo Comprado. A crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.